

3

Textura, Coesão e Nominalizações

*Não podemos ir além de breves incursões
em terreno tão vasto.*

(Beaugrande e Dressler, 1981:31¹)

Ao longo das décadas de 60 e 70, estudos sobre a coesão textual contribuíram para o surgimento de uma nova área de investigação linguística, a Linguística Textual, que se desenvolveu com a finalidade de investigar vários fenômenos gramaticais concernentes ao texto. Todavia, foi somente a partir da década de 80 que construtos teóricos que tratavam especificamente sobre a estrutura e o funcionamento dos textos foram ampliados e, embora eles divergissem consideravelmente um dos outros, todos foram fundamentados no pressuposto comum de que o texto seria a unidade básica de manifestação da linguagem.

3.1

Texto e Textualidade

O texto, embora seja conceituado distintamente em várias correntes teóricas, na Linguística Textual é usualmente definido como *qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo, independentemente de sua extensão* (Fávero, 1991, p.7). Nesse sentido, o texto é considerado como uma produção linguística caracterizadora da comunicação humana; contudo, de acordo com a mesma autora, ele pode ser concebido a partir de duas perspectivas²:

(...) em um sentido amplo, designando toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (uma música, um filme, uma escultura, um poema etc.), e, em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um sujeito, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou pelo locutor e interlocutor,

¹ Citação *apud* Fávero, 1991, p.16.

² A segunda perspectiva engloba a noção de *discurso* como uma manifestação linguística realizada pela primeira.

no caso dos diálogos) e o evento de sua enunciação (Fávero e Koch, 1983, p.25 *apud* Fávero, 1991).

Além disso, em relação à produção e à compreensão de textos, a Linguística Textual as define como habilidades linguísticas específicas do falante, já que, em sentido amplo, o falante é capaz de distinguir um trecho com coerência de enunciados incoerentes (Fávero, 1991, p. 6). De acordo com essa vertente teórica, tal capacidade humana é denominada *competência linguística*³, que junto a outras habilidades, tais como a de parafrasear, resumir e atribuir um título a um texto, dentre outras, constituem a *competência textual* do ser humano (idem).

Tal concepção indica uma mudança de paradigma bastante significativa, pois tomar o texto como objeto particular de investigação – e não mais fenômenos sintático-semânticos do nível frasal ou lexical – implica considerá-lo como uma unidade linguística que apresenta propriedades estruturais específicas, as quais constituem a *textualidade*.

O texto, então, considerado como um fenômeno linguístico que possui elementos internos próprios, é caracterizado por fatores de textualidade, que segundo Fávero e Koch (1991; 1993) estão compreendidos em sete categorias⁴:

- ✓ Coesão
- ✓ Coerência
- ✓ Intencionalidade
- ✓ Informatividade
- ✓ Aceitabilidade
- ✓ Situacionalidade
- ✓ Intertextualidade

³ Fávero (1991, p.6) chama atenção para a distinção entre o que ela denomina *competência linguística* do falante e a noção de *competência frasal* ou *linguística* desenvolvida por Chomsky em 'Aspects of the Theory of Syntax' (1965). Segundo a autora, a definição dada por ela corresponde à capacidade que todo falante tem de distinguir textos coerentes dos incoerentes, enquanto que a definição dada por Chomsky diz respeito a um fenômeno mais estreito por tratar dessa competência no nível puramente sintático.

⁴ Além das sete categorias mencionadas, Fávero inclui a *contextualização* como um oitavo fator de textualidade, uma vez que ela considera o texto como um contínuo comunicativo de referência contextual.

Embora seja reconhecida a importância de todos esses fatores textuais na constituição da textualidade, este estudo terá como foco apenas a coesão, uma vez que esse fator corresponde a uma das funções realizadas pelas nominalizações, ou seja, a função de elo coesivo na estrutura textual, que é um dos fenômenos linguísticos investigados neste estudo.

3.2

A Tessitura Textual

Pressupõe-se que o estabelecimento da Linguística Textual como uma corrente da Linguística Moderna contribuiu para a disseminação de estudos relacionados aos fatores constituidores da textualidade, dentre eles, a coesão. Nesse sentido, embora esse fenômeno seja concebido diferentemente por teóricos distintos, grosso modo, a coesão tem sido definida nesses estudos como a relação estabelecida entre os elementos internos de um texto tendo em vista a *tessitura do tecido textual* (Koch, 1993, p. 17).

Dois teóricos que têm sido referência quanto aos estudos sobre a coesão textual são Michael Halliday e Ruqaiya Hasan, por apresentarem um conceito semântico para definir as relações coesivas. Para eles, a coesão é uma relação semântica entre elementos de um texto. Dito de outra forma, a coesão é caracterizada como um conjunto de recursos semânticos por meio dos quais os textos são criados. Tal criação é realizada tanto por elementos gramaticais como por itens lexicais, conforme é explicado por Fávero na citação abaixo:

O sistema linguístico está organizado em três níveis: o semântico (o significado), o léxico-gramatical (formal) e o fonológico (expressão). Os significados estão codificados como formas e estas, realizadas como expressões. Desse modo, a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente através do léxico (1991, p.9)

É exatamente a realização linguística acima explicitada que estabelece uma relação semântica entre os elementos textuais, e são essas relações que constituem o que Halliday e Hasan (1989) denominam *textura*. De acordo com tal noção, a

textura é parte do sistema linguístico e, por isso, deve existir em qualquer organização textual. Contudo, essa noção não está relacionada apenas ao aspecto estrutural do texto, mas também ao conceito de *contexto situacional* (Malinowski, 1923 *apud* Halliday e Hasan, 1989), isto é, não apenas à realização verbal como também ao ambiente situacional em que um texto está inserido e foi produzido (cf. capítulo 2, seção 2.2, p. 25) Dessa forma, a partir da noção de textura, é possível compreender que a relação entre o texto e o contexto é íntima, a qual, de acordo com a perspectiva funcional, está relacionada à natureza funcional da linguagem, já que o que é apropriado em um contexto pode não ser tão adequado em outro.

Assim, Hasan (1989, p.71 e 72) resume três aspectos que devem ser considerados como primordiais em relação ao entendimento do conceito de textura:

- ✓ A textura é realizada por certas relações semânticas existentes entre as partes de um texto e por padrões léxico-gramaticais específicos à dada estrutura textual;
- ✓ Há uma distinção entre textura e estrutura textual, o que significa dizer que nem sempre uma garante a outra;
- ✓ A noção de textura é relacionada à percepção que pessoa possui sobre coerência⁵.

Como pode ser concluído, a noção de textura e suas propriedades não só corroboram a definição de coesão textual, como também a ampliam. Por isso, neste trabalho *coesão* e *textura* serão usados como sinônimos um do outro.

⁵ Embora este trabalho não tenha tido como objetivo a investigação da coerência nos textos analisados, é importante ressaltar que a teoria desenvolvida por Halliday e Hasan trata deste assunto. Para uma discussão mais detalhada sobre esse tópico ver Halliday & Hasan, 1989, p. 72, 88, 89, 95, 96.

3.3

A Coesão Textual

Alguns estudos sobre a coesão tratam desse fenômeno em paralelo com outra importante categoria da textualidade, a coerência. Neste estudo, contudo, embora se reconheça certa complementariedade entre coerência e coesão, a coesão será tratada isoladamente, como um componente específico do universo textual, principalmente por se considerar que ambos os fenômenos apresentam aspectos textuais distintos. Tal argumento parece ser corroborado por Marcuschi, que também parece fazer distinção entre essas categorias:

Em suma, a Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado deve preservar a *organização linear* que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão, e por outro, deve considerar a *organização reticulada* ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas. (1983, p. 12, 13, *apud* Koch, 1993, p.14).

O conceito de coesão textual pode ser compreendido, portanto, como um mecanismo do sistema linguístico que permite a tessitura textual, realizada tanto através de componentes do sistema léxico-gramatical quanto pelas relações semânticas estabelecidas entre esses elementos. Nesse sentido, é possível ampliar a noção de coesão se essa for relacionada à de *textura* (Halliday e Hasan, 1989, p. 70-75), que, além de dar conta das relações coesivas na estrutura textual, abrange a importância e a influência dos contextos situacional e cultural na realização desses elos, conforme poderá ser percebido nos exemplos analisados no capítulo 6 deste trabalho, que compreende a análise dos dados.

3.4 As Nominalizações

Ao investigar a literatura sobre a Linguística Textual e também sobre a Morfologia do Português, é possível perceber que alguns desses estudos (Fávero, 1991; Koch, 1993; Hoey, 1991 e Basilio, 1999) fazem menção ao uso de formas nominalizadas na constituição de elos coesivos, e que alguns desses trabalhos, especialmente os da linguística textual, têm como ponto de partida publicações de Halliday e Hasan (1976 e 1989) que tratam do fenômeno textual denominado coesão. Muitos desses estudos, em especial os que têm como base teórica o capítulo de Hasan (1989) denominado *Texture of a Text*, têm como foco a revisão e o estabelecimento de novas categorias que designem os diversos elos coesivos que constituem a tessitura textual (cf. seção 3.4.2, p. 46); contudo, tais investigações não têm como objetivo específico a caracterização do uso das nominalizações como um mecanismo coesivo.

Uma vez que muitos trabalhos não têm dado a ênfase necessária ao aspecto coesivo das nominalizações, e outros (Valério et al, 2007; Oliveira, 2006; Castro, 2009) o têm considerado como mecanismo fundamental para o desenvolvimento da escrita, torna-se necessário, portanto, uma investigação um pouco mais específica desse fenômeno linguístico a fim de que seja feita uma caracterização mais apurada do mesmo.

3.4.1 A Formação das Nominalizações

A identificação e a análise de formas nominais deverbais, isto é, provenientes de processos verbais, em português são consideradas um fenômeno complexo e, por isso, algumas vezes controverso. Essa controvérsia surge do fato de que nem sempre é possível definir com clareza a direcionalidade desse processo, isto é, se a forma nominal seria originária do verbo ou se o nome é derivado do verbo, conforme já introduzido no capítulo 2 (cf. p. 35 e 36). Embora

esse assunto venha sendo discutido amplamente em muitos estudos linguísticos (Basilio, 1999; Gamarski, 1998 *apud* Basilio, idem; Chomsky, 1970 *apud* Basilio, idem; Halliday, 2009), a complexidade da questão ainda permanece, e diferentes entendimentos têm sido propostos.

Basílio (2003) explica que a proposta da gramática tradicional distingue essa direcionalidade com base no significado da forma nominalizada: quando o significado do nome indica ação, a formação é deverbal, como o caso ‘*educar - educação*’; contudo, quando o significado do substantivo indica um objeto concreto ou substância, como em ‘*perfumar - perfume*’, não haveria uma formação deverbal do nome.

A grande questão em relação à distinção feita pela gramática tradicional é que essa não dá conta da maioria dos casos de formação de nominalizações deverbais em português, como afirma Basilio (2003), em que a classificação de um nome como ação ou objeto nem sempre é *pacífica*. Vejamos o caso da palavra ‘*saneamento*’, que foi uma ocorrência muito frequente no corpus utilizado para este estudo. Essa nominalização não se acomoda de forma tranquila nas categorias semânticas estabelecidas pela gramática tradicional quanto à sua formação, porque é complicado determinar com exatidão se o significado de *saneamento* indica a ação do verbo *sanear* ou se essa palavra significa um objeto concreto dessa ação; e, conseqüentemente, porque também é difícil indicar com precisão a direcionalidade quanto à formação dessa palavra: *saneamento* viria de *sanear* ou o processo de formação seria contrário? Embora no português do Brasil a formação de nomes deverbais seja muito mais produtiva do que a formação de processos a partir de nomes (Basilio, 2003), no caso de *saneamento* é quase que natural e linguisticamente intuitivo afirmar que *saneamento* dá origem a *sanear*, uma vez que a forma nominalizada é muito mais recorrente no uso da língua⁶.

Dessa forma, já que determinar com exatidão casos em que há uma nominalização deverbal ou um verbo originário de nome é complexo, a proposta sugerida por Basilio, e a que será adotada neste estudo, é a de que ‘uma forma deve ser considerada como deverbal sempre que puder ser usada com sentido

⁶ De acordo as considerações feitas por Halliday (2009), é possível considerar *saneamento* como uma nominalização sistêmica, já que ela já está cristalizada no uso da língua (cf. capítulo 2, seção 2.3.2, p. 35, 36).

verbal' (Basilio, 2003, p.42). Embora esse entendimento ainda seja considerado pela mesma autora como insuficiente, porque leva em consideração a recuperação de uma classe gramatical em outra, isto é, a recuperação de um verbo em um nome, ela parece adotar um critério semântico como uma das alternativas a esse impasse ao afirmar 'ser mais conveniente considerar deverbal toda forma nominal correspondente a um verbo que apresente pelo menos uma interpretação de cunho verbal'(Basilio, 1999, p.66).

A justificativa para tal consideração corresponde às características léxico-gramaticais da relação entre verbos e nomes, o que significa dizer que se por um lado a nominalização expressa um significado verbal dentro de um substantivo, por outro ela pode fornecer algumas estruturas em que um processo verbal não caberia sintaticamente. Além disso, esse posicionamento também corrobora o entendimento sistêmico-funcional sobre a formação de nominalizações deverbais, em que a formação verbal tem precedência funcional sobre a formação nominal, já que o verbo, ou o processo, tem função nuclear no sistema linguístico (Butt et al, 1995, p. 42, 43). Contudo, a concepção da LSF quanto às nominalizações ultrapassa a concepção meramente morfológica adotada pela perspectiva tradicional: transformar um verbo em nome não é um fenômeno puramente lexical, e sim uma modificação léxico-gramatical com implicações semânticas (cf. capítulo 2, itens 2.3.1, p. 31).

3.4.2

A nominalização como elo coesivo

Um ponto inicial para que as nominalizações sejam consideradas como elo coesivo é o conceito de *Textura*, que, segundo Hasan, (1989, p.70) diz respeito às relações semânticas existentes entre referentes linguísticos em um texto (cf. seção 3.2, p. 39). Além disso, tal noção também está relacionada ao conceito de *elos coesivos* (Hasan, idem, p. 73), os quais implicam a existência de uma relação semântica entre dois itens linguísticos, que são denominados *itens coesivos*. Hasan explica que é a natureza relacional desses itens que faz com seja possível o funcionamento de um elo coesivo, e que a interpretação de um tem que ser

encontrada em referência ao outro. Em outras palavras, esses itens se tornam coesivos precisamente *se* e *quando* eles podem ser interpretados um em relação ao outro no trecho em que estão inseridos.

A partir de uma concepção ampla quanto aos elos coesivos, já é possível perceber que essa noção é extensiva às nominalizações deverbais, uma vez que uma das características dessas formas nominais é exatamente a criação de vínculos semânticos entre elas e processos verbais que as originam. Contudo, na revisão de alguns trabalhos que se dedicam ao estudo da coesão textual (Halliday & Hasan, 1989, Fávero, 1991, Koch 1993), pouca descrição foi encontrada sobre os elos coesivos constituídos por nominalizações.

Halliday e Hasan (1989) mencionam três tipos de elos coesivos que caracterizam as relações semânticas existentes entre as mensagens de um texto: a *co-referencialidade* (*O Rio de Janeiro é maravilhoso; mas ele tem alguns problemas.*), a *co-classificação* (*A rua em que moro é asfaltada. Já a rua da minha tia não é.*) e a *co-extensão* (*governadores e prefeitos*). A primeira e a segunda categorias são caracterizadas por uma relação de referência, embora na segunda a referência corresponda a membros distintos de uma dada classe. Já a terceira categoria refere-se a relações de associações semânticas entre itens lexicais, ou seja, entre palavras de conteúdo.

Além disso, os autores chamam atenção para a dificuldade em delimitar a noção de ‘campo semântico’ e, por isso, propõem a adoção das já tradicionais categorias coesivas, as quais eles denominam ‘relações de sentido’ (1989, p.80): a *sinonímia* (*mulher X senhora*), a *antonímia* (*alto X baixo*), *hiponímia* (*animal: cachorro, gato, papagaio etc*) e a *meronímia* (*árvore: raiz, caule, galho etc*) (cf. seção 3.4.3, p. 48). Por fim, Halliday e Hasan mencionam como um último mecanismo coesivo a *repetição lexical*, que, segundo os autores, embora não seja reconhecida como categoria coesiva propriamente dita, constitui, de fato, relações semânticas ao longo de textos, já que os itens lexicais repetidos compartilham um significado experiencial. Dessa forma, de acordo com esses linguistas, a coocorrência de nominalizações e suas contrapartes verbais na tessitura textual configuram casos de repetição, uma vez que há uma relação semântica existente

entre esses termos, embora eles sejam formas morfológicamente distintas de uma mesma unidade lexical (1989, p. 81).

Koch (1993) apresenta uma proposta reclassificatória em relação às categorias estabelecidas por Halliday e Hasan. Ao tomar por base a função dos elementos coesivos na construção da textualidade, a autora refere-se à existência de apenas duas grandes modalidades de coesão, a *referencial* e a *sequencial*, embora ela sugira outro nível categorial, em que há a distinção entre *formas remissivas referenciais* e *não-referenciais*⁷. Enquanto as segundas não fornecem ao leitor/ouvinte quaisquer instruções de sentido, apenas de conexão, as quais se realizam, por exemplo, através das concordâncias de gênero e número, as primeiras são, por outro lado, grupos nominais definidos que, além de fornecerem, em grande número de casos, instruções de concordância, contêm, também, instruções de sentido, isso é, fazem referência a algo no mundo extralinguístico. Estariam neste grupo, os hiperônimos, os sinônimos e as nominalizações, as quais, destacadamente, são mencionadas como uma forma remissiva referencial.

A proposta apresentada por Fávero (1991, p. 17) considera a existência de três classes coesivas, a *referencial*, a *recorrencial* e a *sequencial*. Tal classificação indica uma relação entre essas classes e as categorias coesivas apresentadas por Halliday e Hasan, já que ambas as propostas sugerem que as categorias coesivas sejam estabelecidas em relação à função que cada um dos termos desses mecanismos exerce, e não em relação à classe de palavras do léxico ao qual eles pertencem ou a outro aspecto. Contudo, as nominalizações não são explicitamente classificadas por Fávero como um mecanismo coesivo, embora a partir das definições dadas pela autora seja possível inferir que formas nominalizadas realizam coesão referencial com sua contraparte verbal através do mecanismo de reiteração, que é definido como a repetição de elementos que têm a mesma referência (cf. Fávero, 1991, p. 23).

Dessa forma, a partir da revisão desses estudos foi possível perceber que as nominalizações até são mencionadas como um dos mecanismos utilizados na construção da coesão textual, contudo, parece não ter sido desenvolvido, até o presente momento, uma investigação que trate especificamente do aspecto coesivo

⁷ Para aprofundamento dessas noções e classificações, ver Koch, 1993, p. 27.

das mesmas. Além disso, embora já tenham sido desenvolvidas categorias específicas quanto aos diversos elos coesivos, a classificação da nominalização em alguma categoria coesiva parece um pouco confusa, não havendo convergência dos estudos que tratam desse tópico.

3.4.3

A categorização dos elos coesivos

No que diz respeito à categorização, grosso modo, os *elos coesivos* na teoria sistêmica (Halliday e Hasan, 1989) são subdivididos em três grupos: a *co-referencialidade*, que diz respeito à relação de identidade entre dois elementos de uma mesma classe; a *co-classificação*, que também diz respeito a uma relação identitária, mas que se refere a elementos de classes distintas; e a *co-extensão*, que está ligada a elementos pertencentes ao mesmo campo semântico, conforme mostram os exemplos abaixo⁸:

Exemplo 1⁹: co-referencialidade

Eu tinha uma pequena castanheira

Ela não tinha nada

Senão uma noz-moscada prateada

E uma pêra dourada.

Exemplo 2¹⁰: co-classificação

-Você pode me emprestar a sua caneta?

- Sim, mas o que aconteceu com a sua?

Exemplo 3¹¹: co-extensão

Prata Ouro = metais

⁸ Os três exemplos a seguir foram retirados e traduzidos de Halliday e Hasan, 1989.

⁹ Tradução livre do original: 'I had a little nut tree/Nothing would it bear/ But a silver nutmeg/ And a golden pear (Halliday and Hasan, 1989, p. 73).

¹⁰ Tradução livre do original: ' – Can I borrow your pen? / – Yes, but what happened to yours?' (Halliday and Hasan, 1989, p. 74).

¹¹ Tradução livre do original: 'silver and golden = co-extension' (Halliday and Hasan, 1989, p. 79).

Hasan (1989) distingue essas categorias em relação a dois grandes grupos coesivos: os de *estrutura gramatical* e os de *estrutura lexical*. Cada um desses grupos possui mecanismos e elos coesivos específicos. No primeiro grupo, caracterizado por estruturas gramaticais, há predominância das **relações de co-referência**, que são realizadas por *itens referenciais*, como pronomes e artigos; e das **relações de co-classificação**, que são majoritariamente realizadas por *substituição e por elipse*. Já no segundo grupo, composto por estruturas lexicais, além das relações já mencionadas, há também as relações de **co-extensão**, que são tipicamente realizadas por *itens lexicais* – ou palavras de conteúdo – pertencentes a um mesmo campo semântico através dos seguintes mecanismos:

- 1) Sinonímia = em que há itens lexicais semanticamente idênticos¹²;
- 2) Antonímia = em que há itens semanticamente opostos;
- 3) Hiponímia = em que há uma classe lexical geral e suas subpartes;
- 4) Meronímia = em que a parte é substituída pelo todo;
- 5) Repetição = em que há a repetição de itens de uma mesma unidade lexical.

O último mecanismo, a **repetição**, será analisado mais especificamente a seguir, uma vez que no estudo realizado por Hasan (1989, p. 81) as nominalizações são classificadas como mecanismos pertencentes a esse grupo. De acordo com a linguista, a repetição não é exatamente um mecanismo coesivo, mas uma classe que estabelece relações de sentido, ou seja, semânticas, através da repetição de itens de uma mesma unidade lexical, os quais compartilham um significado experiencial bastante similar. Dessa forma, a autora afirma que:

A repetição de um mesmo item lexical cria uma relação semântica somente porque um significado experiencial altamente semelhante é codificado em cada ocorrência repetida da unidade lexical. (Hasan, 1989, p. 81)¹³

¹² Embora seja ressaltada por Hasan a inexistência de sinônimos perfeitos.

¹³ Tradução livre do original: ‘The repetition of the same lexical unit creates a relation simply because a largely similar experiential meaning is encoded in each repeated occurrence of the lexical unit.’ (Halliday e Hasan, 1989, p. 81).

Além disso, segundo Hasan, através desse mecanismo é possível haver uma repetição de formas morfológicamente distintas de uma mesma unidade lexical. A exemplo, em um dado *cotexto*¹⁴, o par de palavras *sugeriu* e *sugestão* é classificado pela autora (1989, p. 81) como um caso de repetição, uma vez que, para ela, tais palavras são duas formas morfológicas distintas de uma mesma unidade lexical que compartilham um significado experiencial similar. Tal concepção corrobora, até certo ponto, o fenômeno linguístico resultante da nominalização de processos verbais, uma vez que essa transformação resulta, de fato, duas formas morfológicas distintas. Contudo, classificar tal relação como um mero caso de repetição parece não ser exatamente apropriado pelo fato de essa classificação ser um tanto limitada, visto que uma das essências da transformação de processos verbais em nomes reside exatamente na realização de *significados distintos* (cf. capítulo 2, seção 2.3.2, p. 34), embora um significado experiencial seja compartilhado, conforme a definição dada por Hasan ao mecanismo de repetição. Sobre essa tensão semântico-gramatical, Halliday coloca:

O ponto é, no entanto, que já não é o mesmo significado. Se um processo (congruentemente realizado por um verbo) é reconstruído na gramática como um substantivo (que congruentemente realiza uma entidade), o resultado é uma expressão semanticamente híbrida, que combina a característica de "processo" e de "coisa". (Halliday *apud* Webster, 2007, p. 118)¹⁵

Além disso, ao analisar as relações semânticas estabelecidas entre formas nominalizadas e seus processos verbais correspondentes, é possível perceber que em muitos casos elas são caracterizadas tanto por identidades situacionais tanto de co-classificação como de co-extensão, conforme classificado por Hasan (1989, p. 82). É exatamente sobre a categorização das relações de sentido estabelecidas

¹⁴ O termo *cotexto* difere da noção de *contexto*, que é concebida na LSF em função de fatores extralinguísticos (cf. seção 2.2, p. 25). A noção de *cotexto* está relacionada ao nível linguístico e pode ser definido como um conjunto de sequências linguísticas que precedem ou que se seguem a uma palavra ou um enunciado na linearidade textual, sendo, por isso, algumas vezes denominado contexto verbal.

¹⁵ Tradução livre do original: 'The point is, however, that it is no longer the same meaning. If a process (congruently realized by a verb) is reconstrued in the grammar as a noun (which congruently realizes an entity), the result is a semantic hybrid, which combines the feature of 'process' and of 'thing.' (Halliday *apud* Webster, 2005, p. 108).

entre uma forma nominalizada e um processo verbal que a origina que parece incidir toda a problemática que perpassa os estudos sobre o aspecto coesivo das nominalizações, e esse problema categorial parece estar relacionado a diversos fatores, os quais serão discutidos a seguir.

3.4.4

A nominalização como repetição

Embora quando considerada como um mecanismo coesivo a nominalização seja entendida em alguns estudos como um caso de repetição (Halliday & Hasan, 1989; Fávero, 1991) há algumas implicações que se apresentam quanto a essa classificação. O primeiro impasse diz respeito à desconsideração dos padrões léxico-gramaticais que são exigidos no uso de uma nominalização como um item coesivo. Em outras palavras, o estabelecimento de um elo coesivo entre um verbo e uma forma nominalizada requer configurações léxico-gramaticais específicas, exigidas pelo estabelecimento desse elo, como pode ser observado no exemplo abaixo¹⁶:

Exemplo 4: Texto 2_2 – Instituição Federal

Em primeiro lugar, a qualidade de vida da população da cidade do Rio de Janeiro vem mudando com o passar do tempo. Antigamente, as pessoas não se **preocupavam** em ficar na rua, conversar com os vizinhos durante a noite, de deixar seus filhos brincarem até o entardecer. Hoje em dia a **preocupação** com a violência brutal tem tirado a paz das pessoas que precisam sair para trabalhar, estudar e cumprir seus compromissos e afazeres.

A transformação metafórica realizada no exemplo acima, além da mudança lexical, de '*preocupavam*' em '*preocupação*', também exigiu a inserção de itens gramaticais específicos, como o artigo definido '*a*' e a preposição *com* para a inserção do completo nominal '*a violência brutal*'. Além disso, é

¹⁶ Este exemplo foi retirado do corpus compilado para este trabalho e foram usados em sua versão original. Além disso, ele será melhor analisado no capítulo 6 deste estudo.

importante ressaltar a mudança de função discursiva ocorrida nessa transformação, já que a forma nominal permite a retomada anafórica do processo verbal e as informações relacionadas a ele – neste caso, com o que as pessoas se preocupavam antigamente –, compactando informações já referidas àquelas que ainda serão mencionadas, como a violência brutal que tem tirado a paz das pessoas.

Nesse sentido, parece apropriado afirmar que as relações coesivas realizadas por nominalizações são, de alguma forma, dependentes de modificações léxico-gramaticais, as quais são estabelecidas por padrões linguísticos distintos para cada termo da oração em cada estrutura textual. Tal consideração parece ser validada por Hoey (1991, p. 56) ao citar Renouf:

Para começar, as colocações que um item lexical específico apresenta com outras palavras podem ser bastante diferentes daquelas que uma palavra muito relacionada a esse item lexical pode apresentar (Renouf, 1986)¹⁷.

A citação acima, além de possibilitar a conclusão da importância dessas configurações léxico-gramaticais, indica como o cotexto – e algumas vezes também o contexto¹⁸ (cf. exemplos 7 e 8 do capítulo 6, p. 77) – exerce papel fundamental no estabelecimento das mesmas. O exemplo a seguir ilustra a colocação de Hoey acima, uma vez que uma nominalização e sua contraparte verbal apresentam diferentes padrões de colocação, isto é, configurações léxico-gramaticais distintas; além disso, elas compartilham os mesmos cotexto e contexto, que se torna de extrema importância para o estabelecimento da cadeia coesiva:

Exemplo 5: Texto 13_2 – Instituição Federal

Muitos motoristas não respeitam ao sinal, as placas e nem aos pedestres, parando seus carros em cima da faixa de pedestres. Mas a falta de respeito não é só por parte dos motoristas, também é por pedestres, que atravessam fora da faixa e com o sinal aberto.

¹⁷ Tradução livre do original: ‘For a start, the collocations that a particular word form forms with other words may be quite different from those that a closely related word may form.’ (Renouf, 1986 *apud* Hoey, 1991, p. 56).

¹⁸ É importante ressaltar que Hoey não faz distinção entre *cotexto* e *contexto*. Assim, quando o autor faz menção ao contexto, ele refere-se como cotexto, isto é, ao nível linguístico.

Percebe-se que o estabelecimento da relação coesiva presente no exemplo 5 implicou o uso de diferentes itens lexicais – *respeito* e *respeitavam* – e de distintas configurações gramaticais, como a inserção de sintagmas preposicionados em diferentes posições da estrutura textual: *ao sinal*, depois do processo verbal e *a falta de*, antes da forma nominalizada. Outro fator que parece ter colaborado para o estabelecimento desse elo coesivo foi o fato de o processo verbal e a forma nominalizada compartilharem os mesmos cotexto e contexto.

Ambos os fatores, a consideração dos distintos padrões léxico-gramaticais e o compartilhamento do *cotexto* (cf. nota 26, p. 49), geram implicações quanto à consideração da nominalização como *repetição*, conforme parece ser indicado por Hoey ao afirmar que:

“Consideramos a repetição como importante apenas quando ela forma grupos; qualquer repetição complexa que ocorre nesses grupos deve – por definição – compartilhar um contexto comum ainda que, na língua como um todo, esses itens tenham perfis de colocação bastante diferentes.” (1991, p.56)¹⁹

O segundo ponto problemático concernente à consideração das nominalizações como repetição diz respeito aos diferentes significados que são realizados através do uso de uma nominalização como item coesivo: a forma nominal possui um significado distinto do processo verbal, tal como é compreendido no mecanismo da metáfora gramatical ideacional (cf. capítulo 2, seção 2.3.1, p. 31). Portanto, embora os significados pertençam a um mesmo campo semântico, a construção dos mesmos através da escolha de diferentes itens lexicais é distinta, ou seja, cada seleção feita pelo escritor ou falante, seja de um processo verbal ou de uma forma nominalizada, resulta em um significado diferente. Tal entendimento traz implicações diretas à consideração da nominalização como um caso de repetição, conforme já discutido anteriormente (cf. seção 3.4.4, p. 50).

¹⁹ Tradução livre do original: “We are only regarding repetition as significant when it forms clusters; any complex repetition that occurs in these clusters must – by definition – share a common context¹⁹, even if, in the language as a whole, the items have quite different collocational profiles.” (Hoey 1991, p.56).

Em relação a esse aspecto, Hoey (1991) reconhece que a própria noção de *repetição* é problemática devido a vários fatores, dentre eles a concepção de que as palavras mantenham o mesmo significado quando são repetidas. Para reforçar o argumento de que as palavras não mantêm o mesmo significado ao serem repetidas, Hoey usa a seguinte citação de Rimomon-Kenan:

Mesmo quando todo o signo é repetido, uma diferença é introduzida através da própria repetição, do acúmulo de significados que ela traz, e da mudança causada pelo contexto diferente no qual ela está colocada. (1989 *apud* Hoey, 1991, p.53)²⁰

Como resposta a essa problemática, Hoey propõe duas categorias de repetição: a *repetição lexical simples* e a *complexa*. A primeira ocorre quando um item lexical já ocorrido no texto é repetido sem grandes alterações, as quais estão relacionadas apenas ao paradigma gramatical. Nesse primeiro grupo estariam, por exemplo, palavras repetidas que apresentam distinção apenas por estarem morfologicamente flexionadas quanto ao gênero e/ou ao número, como é o caso das palavras *urso* e *ursos* na seguinte sentença: *‘Os ursos são lindos, mas o urso polar é o mais esplêndido.’*. Já a repetição complexa é realizada quando há dois itens lexicais que possuem o mesmo morfema, mas não são morfologicamente idênticos; ou que são morfologicamente idênticos, mas possuem funções gramaticais diferentes²¹. Nesse último grupo estariam palavras que ao serem parafraseadas no contexto em que aparecem tornam possível a retomada do item lexical de mesma identidade, como as palavras *economia* e *economistas* em *‘Nem todos os alunos de economia seguiram a carreira; mas os que desejam seguir a carreira serão ótimos economistas.’*. Dessa forma, ao se tomar os termos e os pressupostos da LSF, as nominalizações que ao serem ‘desempacotadas’ retomam a sua forma mais congruente, ou originária, podem ser consideradas como

²⁰ Tradução livre do original: “Even when the whole sign is repeated, difference is introduced through the very fact of repetition, the accumulation of significance it entails, and the change effected by the different context in which it is placed.” (Hoey, 1991, p. 53)

²¹ Itens morfologicamente idênticos com funções gramaticais diferentes são referidos por Hoey como palavras que, embora idênticas, em função do contexto, pertencem a classes gramaticais distintas, como é o caso de *humano*, que pode ser tanto um nome como um adjetivo. Ao serem repetidas, dependendo da função gramatical desempenhada, tais palavras configuraram casos de repetição simples ou complexa. No exemplo discutido por Hoey (1991, p.55), por exemplo, *humano* configura uma repetição complexa, já que no estabelecimento do elo coesivo, o primeiro item é um substantivo e no segundo um adjetivo.

repetições lexicais complexas, já que tanto a forma nominalizada quanto o seu processo verbal apresentam formas morfológicas e funções gramaticais distintas, assim como o uso de uma faz, automaticamente, referência a outra.

O último impasse relacionado à classificação dada às nominalizações constituidoras de elos coesivos relaciona-se à limitação quanto à categorização das mesmas. Majoritariamente essas formas nominais são classificadas como casos de repetição, sem que suas nuances e especificidades sejam levadas em consideração. Neste trabalho, entretanto, pretende-se lançar um olhar mais aprofundado sobre essas especificidades ainda pouco exploradas.

Para Hasan, conforme já mencionado neste estudo (p. 49), a nominalização de processos configura um caso de repetição lexical, uma vez que assim são definidos os pares *sugeriu x sugestão* no minucioso estudo que ela desenvolveu sobre os elos coesivos (1989, p. 81). Contudo, as considerações feitas em relação à nominalização como caso da *repetição lexical* não deixam explícito qual o tipo de relação semântica é realizado por tal mecanismo coesivo. Embora seja mais razoável compreender a repetição lexical a partir de um caráter co-extensivo, já que, nesse caso, distintos itens lexicais estão relacionados em um mesmo campo semântico, algumas vezes, também é possível reconhecer o caráter co-classificatório expresso pela repetição. Dessa forma, supõe-se que devido à amplitude e à falta de explicitude quanto à classificação das nominalizações como repetições, algumas críticas foram levantadas em relação a essa categorização estabelecida por Hasan, as quais já foram mencionadas nesta seção (cf. seção 3.4.2, p. 46).

Assim, ao analisar quatro distintos estudos sobre os mecanismos de coesão, foi possível perceber que as categorias estabelecidas quanto ao aspecto coesivo da nominalização, embora possuam similaridades conceituais, são caracterizadas com alguma distinção categorial.

Apesar de os trabalhos de Halliday e Hasan (1976 e 1989) poderem ser considerados o embrião para tal nicho de investigação, o estudo das nominalizações em seu aspecto coesivo pode ser considerado ainda inicial no estudo realizado por eles. É necessário ressaltar aqui, contudo, que a incipiência desse tópico nos referidos trabalhos se dá exatamente pelo fato de esse não ter

sido o objeto de estudo desses autores, o que só aumenta o mérito e a qualidade acadêmica dos mesmos uma vez que esses estudos anteciparam e possibilitaram um nicho futuro de investigação linguística.

A proposta de Fávero, contudo, já aponta para um refinamento de análise que parece dar mais conta das especificidades das nominalizações como elos coesivos. Isso se dá por dois principais motivos: primeiro porque, assim como Koch, ela reconhece a complexidade envolvida na descrição e classificação de tal fenômeno; segundo porque tais categorias são estabelecidas em relação à função que cada um dos termos desses mecanismos exerce, elaborando uma classificação mais funcionalista do que tradicional, de cunho menos morfológico. Além disso, através das considerações feitas por Fávero e Koch, é possível constatar algumas das funções exercidas pelas nominalizações quando realizadas como um elo coesivo. Contudo, tais trabalhos não compreendem as especificidades léxico-gramaticais envolvidas na função coesiva das nominalizações.

Dessa forma, dos estudos aqui mencionados, o de Hoey parece ser, até então, o mais adequado, porque, além de tratar da questão semântica que envolve tal fenômeno linguístico, ele considera os padrões léxico-gramaticais envolvidos no uso das nominalizações como mecanismo coesivo, conforme será atestado na análise dos dados, apresentada no capítulo 6 deste trabalho.

Por levar em consideração o que já foi discutido até aqui, uma das intenções deste trabalho é, a partir da análise do corpus selecionado, descrever os usos das nominalizações em sua função coesiva a fim de caracterizar importantes facetas desse fenômeno linguístico, sobretudo, sua complexidade semântica e léxico-gramatical nas estruturas textuais analisadas, o que pode ser considerado dois dos aspectos mais importantes desse mecanismo.

O desenvolvimento deste estudo talvez não caracterize, holisticamente, as nominalizações como instrumento coesivo, devido à amplitude do fenômeno investigado; entretanto, espera-se que a análise dos dados coletados contribua para um melhor entendimento e para uma descrição mais apurada de tal fenômeno, que constitui um aspecto tão importante na produção de textos acadêmicos.